

## Legislação

### Diploma - Despacho n.º 12450/2022, de 25/10

Estado: vigente

**Resumo:** Designa a licenciada Ângela Marina Rodrigues da Silva Santos, em regime de substituição, para o cargo de subdiretora-geral da Área de Recursos Humanos e Formação, da Autoridade Tributária e Aduaneira.

**Publicação:** Diário da República n.º 206/2022, Série II de 2022-10-25, páginas 69 - 70

**Legislação associada:** -

**Histórico de alterações:** -

**Nota:** Não dispensa a consulta do [diploma original](#) publicado no Diário da República Eletrónico.

---

## FINANÇAS - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

### Despacho n.º 12450/2022, de 25 de outubro

Considerando que, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2021, de 30 de novembro, foram designados o presidente e vogais permanentes da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP);

Considerando que o designado presidente da CReSAP desempenhava o cargo de subdiretor-geral da Área de Recursos Humanos e Formação, da Autoridade Tributária e Aduaneira, a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, e o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro, ambos na sua redação atual;

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º dos Estatutos da CReSAP, aprovados pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, o presidente e os vogais permanentes da Comissão exercem as suas funções em regime de exclusividade e que, nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do mesmo diploma, o presidente e os vogais permanentes da Comissão retomam automaticamente as funções que exerciam à data da designação ou de início de exercício de funções na Comissão;

Considerando, finalmente, que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de ausência ou impedimento do respetivo titular ou de vacatura do lugar;

Nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 8273/2022, do Ministro das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 130, de 7 de julho de 2022:

1 - Designo, em regime de substituição, a licenciada Ângela Marina Rodrigues da Silva Santos, atualmente diretora de serviços de Gestão de Recursos Humanos da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer o cargo de subdiretora-geral da Área de Recursos Humanos e Formação, da Autoridade Tributária e Aduaneira, a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, e o n.º

1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro, ambos na sua redação atual, cuja nota curricular se anexa ao presente despacho.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de outubro de 2022.

19 de outubro de 2022. - O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes.

### ANEXO Nota curricular

Ângela Marina Rodrigues da Silva Santos.

Licenciada em Direito (menção jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1992.

Atividade profissional:

Diretora de serviços de Gestão de Recursos Humanos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), desde 1 de janeiro de 2012;

Diretora de serviços de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral dos Impostos (DGCI) - de 1 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011 - e chefe de divisão de Gestão de Pessoal da mesma Direção de Serviços - de 20 de outubro de 2003 até 30 de novembro de 2010;

Assessora, na área jurídica, no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local - de 14 de fevereiro de 2000 até 5 de abril de 2002;

Técnica superior do mapa de pessoal da AT (tendo transitado do mapa de pessoal da DGCI), tendo ingressado na então Direção-Geral da Administração Pública (DGAP), em 14 de dezembro de 1995;

Exercício de advocacia, de 1993 a finais de 1995, após a realização do estágio profissional.

Participação em grupos de trabalho/outras atividades:

Integrou a representação de Portugal no Forum on Tax Administration (FTA), Capacity Building Network (2022);

Integrou a representação de Portugal na 41.ª Assembleia Geral [com o tema central os «Aspetos Estruturais Chaves das Administrações Tributárias» (2007)] e na 53.ª Assembleia Geral (2019) [com o tema «O Fator Humano: O Cérebro da Administração Tributária (Seleção, Gestão e Capacitação dos Recursos Humanos)»], ambas do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT);

Integrou o grupo de trabalho, com representantes da Itália, Dinamarca, Roménia e Bulgária, para rever e clarificar os regulamentos internos da IOTA (Organização Intraeuropeia das Administrações Fiscais) (2018 e 2019);

Integrou, no âmbito do PICATFin, o projeto de assistência técnica para a elaboração da lei orgânica e para a elaboração do estatuto de pessoal e regime de carreiras da Direção Nacional dos Impostos (DNI) de Angola (2010 e 2011);

Coordenou, no âmbito do processo de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local (2000 a 2002), a elaboração de anteprojetos de diploma nas áreas da educação, economia e ambiente e ordenamento do território;

Coordenou, no âmbito da DSGRH, a elaboração dos projetos de portaria relativos à adaptação à AT e à DGCI do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP);

Participou nos trabalhos conducentes à elaboração do diploma que procedeu à revisão das carreiras especiais da AT;

Integrou os grupos de trabalho responsáveis pela elaboração das portarias de regulamentação relativas à estrutura, competências específicas e aspetos organizativos e funcionais dos serviços centrais e periféricos e dos despachos que fixaram a estrutura flexível, da DGCI e da AT;

Formadora na área da Gestão de Recursos Humanos e do Regime Jurídico da Administração Pública e formadora no âmbito do período experimental para ingresso na carreira de inspetor tributário na Autoridade Tributária e Aduaneira;

Publicação de artigos na revista da IOTA (An integrated system of management and performance evaluation - 2019) e na Revista de Administração Local (Reclassificação, Reconversão e Intercomunicabilidade - 2002).

Formação complementar:

Participou, ao longo da carreira, em vários seminários/ações de formação e aperfeiçoamento profissional, relacionados com as funções que tem vindo a desempenhar, destacando-se o FORGEP e o Seminário de Alta Direção (INA)

Certificação de aptidão profissional de formador.